

DEMOCRATISMO ENTRE ATORES POLÍTICOS NÃO-ESTATAIS: O CASO DOS DIRIGENTES DE ENTIDADES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ (PR)¹

Eder Rodrigo Gimenes²

1 INTRODUÇÃO

Os processos de consolidação e aprofundamento de democracias têm sido contemporaneamente entendidos como fenômenos multifatoriais. Desta forma, além de variáveis ligadas às instituições políticas e a condicionantes econômicos, um número cada vez maior de cientistas políticos tem voltado sua atenção para os valores e atitudes dos atores políticos que vivem nesses regimes (MOISÉS, 1995; BAQUERO, 2010).

Nos estudos que focalizam essa dimensão subjetiva são particularmente relevantes indicadores relacionados à adesão normativa dos indivíduos à democracia como forma de governo. Todos os *surveys* conduzidos nacional e internacionalmente trazem em seus questionários perguntas relacionadas a esse tema. No que diz respeito à região latino-americana e, mais especificamente ao Brasil, os dados coletados pelo Latinobarómetro (2009) podem nos ajudar a compor um quadro do democratismo. Em metade dos países latino-americanos o percentual de cidadãos que considera a democracia como a melhor forma de governo é inferior ou ligeiramente superior à metade do número de entrevistados. Em termos quantitativos, o Brasil ocupa apenas a décima posição dentre os dezoito países analisados.

Na verdade, o Brasil, assim como outros países submetidos no século passado a regimes autoritários, tem vivenciado apenas nas últimas décadas a experiência democrática, de modo que o termo jovem democracia se aplica com propriedade ao atual contexto nacional. A implantação do referido regime após o período militar, ao menos no que tange ao

¹ A discussão apresentada no presente artigo decorre dos resultados da dissertação aprovada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Uma versão expandida da revisão de literatura foi apresentada no I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2010. A análise preliminar dos dados foi apresentada no III Seminário Nacional Sociologia & Política, promovido pela Universidade Federal do Paraná em 2011. Agradecemos a contribuição dos comentadores de ambos os artigos para a discussão e análise de dados, bem como dos membros da banca examinadora da dissertação.

² Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá.

que Lima e Cheibub (1996) denominam primeira transição, já se consolidou, uma vez que tal período se estende da queda do regime autoritário prévio até a instalação do primeiro governo democraticamente eleito, fatos que no Brasil ocorreram ainda na década de 1980.

Ainda segundo tais autores, o problema ocorre após a primeira transição, quando se trata do conteúdo da democracia, ou seja, sua consolidação e seu funcionamento efetivo. A segunda transição seria uma área nebulosa com muitos problemas que dificultam a sua definição, dentre os quais se destacam as bases para adesão dos atores às regras do jogo político democrático, com oposição entre adesão instrumental com ênfase nas instituições e adesão baseada em princípios e valores.

Diante desse cenário e corroborando com o problema destacado por Lima e Cheibub (1996), autores como Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008, 2011) identificaram em suas pesquisas diferentes níveis de adesão ao regime democrático no Brasil, com distinção entre o apoio à democracia em termos abstratos e avaliativos, conforme medidas definidas por Easton (1975). Segundo esse último autor, a adesão ao regime em termos abstratos, ou de adesão normativa, se refere aos valores dos indivíduos acerca do sistema, ao passo que o apoio específico trata da avaliação dos indivíduos quanto ao desempenho de instituições e autoridades. Nesse sentido, a discrepância entre os níveis de apoio difuso e específico ao regime democrático encontrada no Brasil vai de encontro àquela identificada também entre os demais países da América Latina (BAQUERO, 2010).

Ainda são incertos os efeitos concretos dessa discrepância sobre o sistema político como um todo no médio e longo prazo, mas desde já esse fenômeno merece a atenção da Ciência Política, pois é plausível supor que sucessivas avaliações negativas sobre o funcionamento concreto do sistema político não devem impactar positivamente as chances de consolidação e aprofundamento de jovens democracias.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo verificar a existência do hiato entre a adesão normativa e o apoio específico à democracia entre indivíduos pertencentes a um determinado grupo, denominado elite não-estatal, com vistas à compreensão de seus valores acerca do referido regime e da identificação de discrepâncias em relação à população nacional quanto ao gap descrito por Moisés (1995; 2005) e Ribeiro (2008; 2011), dentre outros autores.

Para tanto, as seções que seguem estão dispostas da seguinte maneira: uma breve discussão teórica acerca da relação entre cultura política e elites, descrição da metodologia de

pesquisa utilizada, apresentação de informações demográficas acerca da amostra pesquisada, exposição e análise dos dados coletados referentes à adesão normativa e ao apoio específico à democracia pelo segmento da elite não-estatal maringense e considerações finais.

2 CULTURA POLÍTICA E ELITES

A preocupação com determinantes culturais não é recente, tendo como marco de institucionalização o pioneiro estudo *The Civic Culture* (1989 [1963]), de Almond e Verba, que investigaram a congruência entre variáveis subjetivas e o sistema político de Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Itália e México e cuja obra continua sendo referência quando tratamos da chamada teoria da cultura política. Apesar de todas as críticas, sua tentativa de construção de uma conexão entre variáveis individuais e estruturas políticas estabeleceu um promissor programa de pesquisas que tem envolvido atualmente um número crescente de investigadores das ciências sociais.

A partir de múltiplas influências que vão da psicologia social à psico-antropologia, esses pesquisadores definiram o conceito central de sua pesquisa como “[...] *political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system*” (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12). Esse padrão supostamente poderia explicar em alguma medida as motivações que estão por trás das ações dos atores sociais no campo da política.

Tratando especificamente do regime em termos gerais, os autores defendem que o sucesso de um sistema político qualquer depende em grande medida da existência de um grau significativo de congruência entre as instituições concretas e os valores, crenças e atitudes políticas partilhadas pelos cidadãos.

Ribeiro (2008a) salienta que os estudos de cultura política, em virtude das críticas a *The Civic Culture*, sofreram um período de esquecimento. No entanto, tal situação começou a se alterar na década de 1980, quando autores como Putnam (1996) e Inglehart (1988), que compuseram a segunda geração de autores culturalistas, recuperaram as idéias principais da obra em destaque por meio de pesquisas empíricas de longo alcance geográfico ou histórico.

Para tais autores, é fundamental que ocorra a adesão dos indivíduos no plano normativo ao sistema político vigente, afirmação que se torna ainda mais relevante no caso das democracias, que pressupõem a existência de uma larga margem de legitimidade para funcionar adequadamente.

Aceito o argumento acerca da relevância dessa adesão, caberiam algumas questões: Existe uma hierarquia de importância entre as disposições individuais favoráveis ou não entre os distintos grupos que compõem uma mesma nação? A adesão normativa de quem importa? A adesão das elites é especialmente relevante?

A maior parte dos estudos recentes que seguem a abordagem culturalista tem se mantido fiel à tradição estabelecida por Almond e Verba no que diz respeito à focalização de unidades nacionais, sem distinguir grupos ou subgrupos. Nesse sentido, os estudos contemporâneos têm sido realizados a partir de *surveys* nacionais e terminam por estabelecer um quadro da cultura política de uma sociedade como um todo. Ainda que a importância dessas investigações não possa ser questionada, nos parece plausível supor que se os valores dos cidadãos comuns são relevantes, aqueles partilhados pelas elites sejam ainda mais importantes (GIMENES, 2011).

Ao discutir os fatores que favorecem o estabelecimento de regimes democráticos, Robert Dahl em seu já clássico *Poliarquia*, dedica todo um capítulo à discussão sobre a importância da crença dos ativistas políticos. Em uma frase que sintetiza o conjunto dos seus argumentos sobre o tema, afirma que seria difícil que um regime dessa natureza pudesse vir a existir sem que uma camada politicamente atuante do país em questão acreditasse nos méritos da democracia e rejeitasse fortemente as demais alternativas de caráter autoritário. De maneira inversa, “num regime hegemônico, os líderes, presumivelmente, pelo menos, devem preferir a hegemonia a qualquer alternativa” (1997, p. 129).

Entendendo que pessoas diferentes provocam efeitos distintos em qualquer sistema político, Dahl (1997) propõe como importante questão a identificação de quem alimenta quais crenças políticas. Apesar de ressaltar que essa abordagem não implica na desconsideração dos valores difundidos entre o restante da população, aponta que o conjunto dos valores das camadas politicamente mais atuantes e envolvidas com as atividades políticas pode ser um importante fator nos estudos sobre poliarquias. Esses ativistas políticos, diferentemente da maioria das pessoas, teriam sistemas de crenças complexos e ricos, o que poderia ser explicado em grande medida pela associação entre essa sofisticação e os níveis de escolaridade e interesse em política. No que diz respeito à dimensão estritamente cognitiva da cultura política, Dahl (1997) é categórico ao afirmar que é plausível supor que o conhecimento sobre os diferentes aspectos da vida política de um país qualquer seja maior entre os membros dessa elite do que entre a população geral.

Além desses fatores que tornam as crenças desse grupo particularmente relevantes, os ativistas desempenham também papel fundamental nos processos de criação e difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma sociedade. Nos termos de Dahl, os valores e concepções políticas transmitidas por aquelas pessoas que ocupam posição de destaque na sociedade são mais facilmente assimilados pelos cidadãos médios, o que torna as elites importantes personagens não apenas na elaboração, mas também na difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma nação ou grupo.

Em síntese, as elites importam e desconsideram que elas exercem influência no processo político seria, no mínimo, ingênuo. Em consequência, os valores desta elite importam mais do que o da população em geral, pois, querendo ou não, são os seus membros que estão no comando do processo decisório e suas decisões afetam um leque grande de pessoas. Se a cultura política deve ser considerada um importante fator explicativo para os fenômenos políticos contemporâneos, os valores, crenças e atitudes daquelas pessoas que estão mais diretamente envolvidas nos processos políticos possuem uma relevância ainda maior (GRYNSZPAN, 1996; LIMA; CHEIBUB, 1996; PERISSINOTTO *et al*, 2007; RIBEIRO; BOLOGNESI, 2008).

Vale salientar ainda que os ativistas políticos e membros da elite apresentam um sistema de crenças e valores diferente daquele que a maioria das pessoas possui, o que implica afirmar que os membros da elite possuem um maior conhecimento sobre a vida política que a maior parte da população em geral (DAHL, 1997; RIBEIRO; BOLOGNESI, 2008). Em outras palavras, as crenças e ideias de ativistas políticos e de elites apresentam-se como variáveis relevantes a serem consideradas, sobretudo em contextos como o nosso, no qual o sistema político ainda luta para se consolidar.

3 METODOLOGIA

Os dados analisados decorrem do banco de dados “Cultura política e elites não estatais” (GIMENES; RIBEIRO, 2012) e tratam dos valores, crenças e atitudes políticas de uma amostra significativa dos dirigentes de entidades sem fins lucrativos atuantes no município de Maringá (PR), detentoras de certificados concedidos pelo Governo Federal. Em termos estatísticos, o nível de confiança da pesquisa é de 95% e intervalo de confiança de 5%.

A opção pelo estudo da cultura política de tais indivíduos se deu em virtude de que estes atuam como agentes políticos na medida em que são responsáveis por atividades

voltadas às diversas finalidades sociais e ainda pelo fato de que muitos participam de conselhos gestores e, por conseguinte, da proposição, elaboração e implementação de políticas públicas no âmbito municipal.

Os dados coletados foram analisados por meio do software *PASW Statistics 18*, por meio do qual foi possível a realização de análise estatística descritiva, e foram ainda comparados àqueles referentes à pesquisa realizada pelo Núcleo Observatório das Metrôpoles de Maringá com uma amostra estratificada simples dos habitantes da mancha urbana da Região Metropolitana de Maringá (RMM), composta pelos municípios de Maringá, Paiçandú e Sarandi (TONELLA, 2011), e à população brasileira, nos casos em que as questões aplicadas estiveram presentes nas pesquisas mais recentes divulgadas pelo WVS (2006), Latinobarómetro (2007) e LAPOP (2010).

4 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A análise dos atores políticos que compõem o segmento de elite não estatal sob discussão implica na caracterização de tais indivíduos. Os dados coletados evidenciaram a predominância masculina entre os entrevistados (58,5%) e idades entre 20 e 82 anos, com média de aproximadamente 51 anos e maior concentração de casos nas faixas entre 40 e 49 anos (24%) e 50 a 59 anos (32%). Quanto à escolaridade, 69,5% já concluíram o nível superior. Além disso, a maior parte dos entrevistados declarou-se branca (73,2%) e com renda familiar superior a 5 salários mínimos (75,6%). Quanto ao vínculo empregatício, 53,2% trabalham em empresas privadas ou indústrias, 36,4% trabalham em organizações privadas não-lucrativas e apenas 10,4% trabalham para o governo ou instituições públicas.

Com relação à participação em conselhos gestores, 47,6% dos entrevistados ocupam cadeiras nos conselhos vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura do Município de Maringá (SASC/PMM). Sobre tal participação, é importante destacar que a escolha dos representantes das FASFIL para atuação junto aos conselhos gestores acima mencionados é realizada pelos próprios dirigentes das entidades, de modo que os indivíduos que participam dos conselhos gestores não representam apenas as entidades das quais são dirigentes, mas a totalidade daquelas que desenvolvem atividades relacionadas à área de atuação de cada conselho (GIMENES, 2011).

Ainda em se tratando de engajamento, os entrevistados foram inquiridos quanto ao tempo de participação nas entidades das quais são dirigentes e à sua participação em outras

entidades sem fins lucrativos. Os respondentes declararam tempos de participação entre 1 e 45 anos, com média de cerca de 15 anos e maior concentração dos casos no período de tempo até 15 anos (63%). Além disso, 37% declararam participar de mais entidades além daquelas das quais são dirigentes.

Em termos de política, 93,9% declararam ser um pouco interessados ou muito interessados por política. Já no que diz respeito à medida que os dirigentes entendem que podem influenciar na política, nos termos definidos por Almond e Verba (1989), as respostas indicaram que os indivíduos entendem que podem influenciar a política, ainda que em medida moderada (média de 6,5).

Por fim, em questões relacionadas à identificação ideológica, os dirigentes foram inquiridos quanto ao seu posicionamento no espectro ideológico. A análise descritiva apresentou maior concentração de casos na porção direita da escala (63,4%), média de 6,25, indicando maior tendência entre os dirigentes a posicionamento mais favorável à direita. Cabe ressaltar que nenhum dirigente indicou o ponto 1 da escala e apenas um (1,2%) se posicionou no outro extremo da escala. É relevante ainda salientar que dentre os entrevistados apenas 2,4% não souberam se posicionar na escala ideológica apresentada, o que demonstra que a amostra do segmento de elite não-estatal pesquisada goza de relativa clareza no que se refere à relação entre direita e esquerda.

5 APOIO AO DEMOCRATISMO

Em se tratando das questões que nos interessam diretamente nesse trabalho, inicialmente apresentamos alguns resultados relativos à dimensão difusa do apoio, tal como definida por Easton (1975).

Em questão que solicitava aos entrevistados que indicassem dentre três afirmações sobre regimes políticos qual mais se aproximaria de seu pensamento, a grande maioria dos dirigentes (84,1%) optou pela frase “A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, enquanto 12,2% escolheram a opção “Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático” e apenas 3,7% optaram pela afirmação “Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”, indicativo em alta medida de adesão à democracia em termos abstratos.

Os dirigentes foram ainda questionados quanto à medida que consideram importante viver em um país governado de maneira democrática, por meio de uma escala de 1 a 10 em

que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”. Nenhum dirigente apontou os quatro primeiros pontos da escala e apenas um selecionou o valor 5 (1,2%), de modo que a expressiva maioria (98,8%) se concentrou na metade à direita da escala, com 53,7% dos casos no ponto máximo.

A média encontrada para a variável foi de 9,01, com desvio-padrão de 1,27, o que permite inferir que os dirigentes entendem em medida expressiva que é importante viver sob um regime democrático e mesmo aqueles indivíduos que se encontram a até três desvios-padrão da média se localizam na metade superior da escala.

Uma vez que é possível inferir que a democracia é considerada a melhor forma de governo pelos dirigentes de FASFIL entrevistados e também que tais indivíduos consideram muito importante viver em um país governado de maneira democrática, pode-se buscar entender a que tipo de democracia tais dirigentes aderem.

Para tanto utilizamos variáveis geradas por um conjunto de questões que interrogavam os entrevistados sobre a relevância de algumas características para a constituição de um regime democrático. Para cada uma das características listadas (Tabela 1) os indivíduos deveriam se posicionar em uma escala de 10 pontos, na qual 1 equivale à “não é uma característica fundamental da democracia” e 10 à “é uma característica fundamental da democracia”. Os resultados obtidos com esse procedimento seguem abaixo.

Tabela 1. Características fundamentais da democracia

Característica	Média	Desvio-padrão
O povo escolhe seus líderes em eleições livres.	8,84	1,69
As mulheres têm os mesmos direitos que os homens.	8,59	2,37
Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão.	8,39	1,78
O povo pode mudar as leis pelo voto.	8,35	2,37
Os criminosos são severamente punidos.	6,39	3,05
As Forças Armadas assumem o governo quando ele for incompetente.	4,24	3,00
O governo cobra impostos dos ricos e dá dinheiro aos pobres.	4,13	2,51

Fonte: Gimenes e Ribeiro (2012).

Os valores apresentados na Tabela 1 demonstram que os dirigentes de FASFIL acreditam em grande medida que a escolha de líderes em eleições livres, direitos iguais para mulheres e homens, proteção da liberdade do povo contra a opressão por meio de direitos e

possibilidade de mudança das leis pelo voto são características fundamentais da democracia, tanto que as quatro primeiras afirmações apresentaram médias superiores ao ponto 8 da escala, sendo que para todas o ponto máximo foi o mais citado pelos entrevistados, com percentuais de concentração de casos na metade à direita da escala entre 84,8 e 92,5%.

Já a afirmação “Os criminosos são severamente punidos” foi considerada pela amostra dos dirigentes como uma característica fundamental da democracia de maneira intermediária, uma vez que concentrou 62,5% dos casos na metade à direita da escala. Finalizando a bateria relacionada às características fundamentais da democracia, as afirmações “As Forças Armadas assumem o governo quando ele for incompetente” e “O governo cobra impostos dos ricos e dá dinheiro aos pobres” foram consideradas de forma fraca a mediana como características fundamentais do referido sistema pela maior parte dos entrevistados.

Para além dessa adesão geral à democracia, nos interessava também identificar com mais detalhe a posição dessa elite em relação à dimensão participativa dessa forma de governo, sobretudo focalizando algumas inovações institucionais relevantes no cenário nacional recente. Desta forma, os entrevistados foram questionados, tomando por base a mesma escala utilizada para a bateria de questões anteriores, quanto à medida que concordam com algumas formas de participação política num regime democrático. O resultado segue exposto na Tabela 2.

Tabela 2. Participação política

Característica	Média	Desvio-padrão
Só há democracia se houver participação pelo voto.	8,64	2,02
Só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas.	7,17	2,49
Só há democracia se houver participação por plebiscitos.	6,95	2,61
Só há democracia se houver participação por orçamentos participativos.	6,73	2,24
Só há democracia se houver participação por conselhos gestores.	6,14	2,41

Fonte: Gimenes e Ribeiro (2012).

A afirmação de que “Só há democracia se houver participação pelo voto” obteve a maior média e mediana 10, indicando que a maior parte dos casos se concentrou no ponto máximo da escala (51,3%), além de 90% dos casos na metade à direita da escala, o que exalta a alta adesão entre a elite não estatal maringense à democracia representativa.

As demais formas de participação apresentadas na bateria, em que os indivíduos podem atuar de maneira direta do processo democrático para além da escolha de representantes, obtiveram médias e medianas menores, porém todas também localizadas na metade à direita da escala, também indicando maior propensão à concordância com a ideia de que só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas e ainda por plebiscitos, orçamentos participativos e conselhos gestores. Cabe destacar que apesar do objeto da pesquisa ser um grupo de atores políticos altamente relacionados aos conselhos gestores, tal instrumento participativo foi o que obteve a menor média dentre as afirmações constantes na Tabela 1.

Os desvios-padrão apresentados na Tabela 2, apesar de próximos, possuem diferentes características, cabendo destacar que indivíduos que se encontram a um desvio-padrão da média a menor para as três últimas afirmações encontram-se na metade à esquerda da escala utilizada para coleta de dados, o que significa que tendem a discordar das afirmações em questão.

Tratando especificamente das médias encontradas, a afirmação de que “Só há democracia se houver participação direta em todas as decisões políticas” obteve maior média que instrumentos específicos participativos. Entretanto, a interpretação de tal afirmação, que exprime o desejo pela participação nas decisões democráticas por parte dos atores políticos não estatais, pode ser clarificada por meio da análise das afirmações que obtiveram menores médias apresentadas na Tabela 1, que tratam de especificamente de determinados instrumentos participativos.

Sobre tais instrumentos, os plebiscitos se diferenciam dos OPs e conselhos gestores em alguns aspectos. A realização de plebiscitos ocorre ocasionalmente, tem caráter de obrigatoriedade e consiste na simples deliberação diante de questões nacionais ou assuntos de grande amplitude. Já os OPs e conselhos gestores exigem maior engajamento dos indivíduos, tanto por conta da realização periódica de reuniões quanto pelo conteúdo de tais encontros, nos quais ocorrem apresentação de demandas, discussões, negociação e deliberação para encaminhamento ao gestor público municipal.

Em discussão sobre a participação dos atores civis em instrumentos democráticos, Dombrowski e Parmigiani (2009) e Dombrowski (2010) afirmam que o engajamento em conselhos gestores e OPs é prejudicado principalmente por três razões: os custos imputados para a participação, a linguagem técnica utilizada em tais espaços democráticos e a dificuldade

de implementação das decisões deliberadas em tais reuniões.

Passando às medidas de apoio específico, inicialmente os dirigentes foram questionados sobre a forma como o Brasil está sendo governado, tendo como referência uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa “nada democrático” e 10 significa “totalmente democrático”. Como resultado, verificamos que nenhum dirigente selecionou os pontos extremos da escala. Dentre as respostas, a maior parte se concentrou na metade mais próxima ao ponto máximo, indicando uma forte tendência à concordância com a ideia de que o Brasil está sendo governado de maneira democrática atualmente (73,2%), com média de 6,33.

Ainda sobre esse mesmo tema, solicitamos aos entrevistados que avaliassem o sistema político em três diferentes momentos: 1) há 10 anos atrás; 2) atualmente; 3) daqui a 10 anos. Para tais avaliações foi utilizada uma escala em que 1 significa “muito ruim” e 10 significa “muito bom”, conforme disposto na Tabela 3.

Tabela 3. Avaliação do sistema político

Período	Média	Desvio-padrão
Há 10 anos atrás	4,28	1,87
Atual	4,32	1,85
Expectativa para daqui a 10 anos	6,61	1,90

Fonte: Gimenes e Ribeiro (2012).

Em se tratando da avaliação do sistema político há dez anos e atual, a maior parte dos casos se concentrou na metade esquerda da escala, que congrega 78% dos casos para ambas as variáveis e médias praticamente iguais, evidenciando o entendimento dos dirigentes entrevistados quanto à lenta melhoria no sistema político brasileiro na última década, uma vez que a média sofreu um pequeno aumento.

Quanto à expectativa dos entrevistados em relação ao sistema político daqui a dez anos, a maior parte das respostas se concentrou entre os pontos 6 e 10 da escala (74,4% dos casos), indicando otimismo quanto ao futuro da democracia na próxima década.

Ainda que não existam evidências empíricas consistentes sobre os efeitos da desconfiança institucional sobre a legitimidade democrática, julgamos plausível supor que o persistente desencanto com as principais instituições democráticas seja prejudicial à estabilidade do regime em países onde a democracia se encontra menos fortalecida por conta do breve período de sua implantação e que, por conseguinte, possuem reservatórios de

legitimidade menores. Desta forma, níveis elevados de desconfiança se constituiriam em indicadores de risco à democracia (MOISÉS, 2005; SELIGSON; BOOTH; GÓMEZ, 2006; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; RIBEIRO, 2010).

Moisés (2005), Moisés e Carneiro (2008) e Ribeiro (2009, 2010, 2011a) defendem que a análise dos índices de confiança em países nos quais os regimes democráticos são recentes não pode se dar de maneira semelhante àqueles onde tal regime encontra-se consolidado. Nesse sentido, a desconfiança política é aqui interpretada como uma manifestação crítica em relação às instituições democráticas, capaz de potencializar o aprofundamento democrático por meio do aumento da participação convencional e não convencional.

Em nossa pesquisa os dirigentes foram questionados quanto à sua confiança em algumas instituições tomando por base uma escala de confiança com as seguintes opções: não confia, confia pouco, confia em parte e confia totalmente. O resultado é exposto na Tabela 4.

Tabela 4. Confiança em instituições democráticas (%)

Instituição	Não confia	Confia pouco	Confia em parte	Confia totalmente
Sindicatos	13,4	29,3	54,9	2,4
Sistema Judiciário	7,3	20,7	68,3	3,7
Governo Federal	6,1	32,9	62,2	4,9
Governo Estadual	9,8	29,2	57,3	3,7
Governo Municipal	4,9	31,7	59,7	3,7
Congresso Nacional (Câmara e Senado)	13,4	52,4	31,8	2,4
Assembleia Legislativa Estadual	15,9	48,8	34,1	1,2
Câmara de Vereadores	18,3	43,9	36,6	1,2
Partidos políticos	15,9	52,4	30,5	1,2
Serviços públicos	2,4	28,1	68,3	1,2

Fonte: Gimenes e Ribeiro (2012).

A tabela acima evidencia que a maior parte dos entrevistados confia em parte nos sindicatos, no Sistema Judiciário, no Poder Executivo e nos serviços públicos. Da mesma forma, confia pouco no Poder Legislativo e nos partidos políticos. Além disso, verifica-se que o Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa Estadual, a Câmara de Vereadores e os partidos políticos concentram percentuais superiores a 60% das respostas entre as opções não confia e confia pouco. Por fim, cabe destacar que nenhuma instituição atingiu o percentual de 10% de

casos de confiança total dentre os dirigentes de FASFIL. Tais percentuais apontam para a desconfiança (ou pouca confiança) por parte da elite não estatal maringense às principais instituições componentes do sistema democrático.

Em se tratando do apoio específico da elite não estatal à democracia podemos concluir que tal grupo entende em medida moderada que o Brasil é governado de maneira democrática atualmente e, apesar de reconhecerem uma melhoria quase insignificante no sistema político na última década, têm expectativa de melhora considerável nos próximos dez anos. Além disso, os dirigentes demonstraram confiar pouco nas instituições-chave do regime democrático, ainda que confiem mais que a população brasileira em geral no Congresso Nacional, nos governos federal e municipal e no Sistema Judiciário (GIMENES, 2011).

Considerando que as medidas quantitativas de adesão normativa resultaram em valores elevados e que as medidas avaliativas de apoio à democracia retornaram valores moderados, é possível inferir que existe uma discrepância. Desta forma, apesar de serem mais participativos que a população brasileira em geral, tanto pelos cargos de gestores de FASFIL quanto pela posição ocupada nos conselhos gestores municipais, tais indivíduos manifestaram em suas opiniões uma diferenciação entre apoio abstrato e avaliativo que constitui um *gap*³, a exemplo daquele mencionado pelas pesquisas anteriormente destacadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste artigo são consonantes com pesquisas de âmbito nacional sobre o assunto, como Ribeiro (2008), cujos dados analisados referentes à população brasileira permitiram a seguinte constatação:

[...] a investigação demonstrou principalmente a existência de uma distinção nítida entre níveis normativos e avaliativos entre a população nacional, que tende a apoiar os princípios dessa forma de governo ao mesmo tempo em que avaliam negativamente o seu funcionamento concreto. Os efeitos desse *gap* para o processo de consolidação de nossa jovem democracia são ainda incertos, entretanto, merece a atenção dos analistas e o acompanhamento atento ao longo do tempo a partir da utilização de medidas complexas que incorporem múltiplos objetos (RIBEIRO, 2008, p 141).

Analisando os dados referentes aos atores políticos não estatais é perceptível que o segmento da elite não estatal maringense pesquisado adere à democracia como melhor

³ Termo utilizado para representação da discrepância entre as medidas de apoio difuso e específico à democracia (EASTON, 1975; MOISÉS, 1995, 2005, RIBEIRO, 2011; GIMENES, 2011).

forma de governo em medida ligeiramente maior que a população da mancha urbana da RMM e a população brasileira. Além disso, praticamente todos os dirigentes entendem em grande medida que é importante viver em um país governado de maneira democrática.

A análise dos dados permitiu inferir ainda que a adesão da elite não-estatal em foco considera como características fundamentais do regime democrático a realização de eleições livres, direitos iguais, liberdade pessoal, possibilidade de alteração de leis pelo voto e punição severa aos criminosos.

Já em termos de participação política, os entrevistados apresentaram maior concordância à participação por meio do voto, característico do modelo representativo de democracia, do que pelos instrumentos participativos expostos no questionário, mesmo considerando que tais indivíduos participam direta e indiretamente do processo relacionado à gestão de políticas públicas no município, inclusive com expressivo percentual de participantes em conselhos gestores vinculados à SASC, o que constitui utilização de uma ferramenta de participação democrática.

Já em se tratando do apoio específico à democracia, as medidas intermediárias de entendimento quanto à forma como o Brasil é governado de maneira democrática atualmente, assim como a mínima melhoria do sistema político nos últimos dez anos e a desconfiança nas principais instituições democráticas permitem inferir que em termos avaliativos ocorre uma menor adesão da elite não estatal maringense à democracia.

Por fim, cabe ressaltar que os valores relacionados ao apoio difuso e específico à democracia apresentados no presente artigo nos permitem inferir que o *gap* entre as medidas de adesão ao democratismo se verificam também entre os atores políticos não estatais maringenses, ainda que normativa e avaliativamente tais indivíduos manifestem maiores índices de apoio ao regime.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989.

BAQUERO, M. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: _____ (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

CLEMENTE, A. J.; HOROCHOVSKI, R. R. Democracia deliberativa: uma análise comparativa entre o Orçamento Participativo e as Audiências Públicas Orçamentárias. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 4, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: WAPOR, 2011.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

EASTON, D. *A re-assessment of the concept of political support*. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 5, n. 4, 1975. pp. 435-457.

GIMENES, E. R. **Cultura política e democracia**: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR). 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

_____. Adesão normativa e apoio específico à democracia: a cultura política de um segmento de elite não-estatal do município de Maringá (PR). In: Seminário Nacional Sociologia & Política, 3, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011a.

_____. Cultura política, elitismo e democracia: a elite do poder de Wright Mills frente aos teóricos clássicos da teoria das elites. In: Seminário Nacional/Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia; 3/1, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. pp. 699-718.

GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Banco de dados **“Cultura política e elites não estatais”**. São Paulo: Consórcio de Informações Sociais, 2012. Disponível em <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/DetalheBancoDados.aspx?cod=B466>>. Acesso em: ?

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 41. jan./jun. 1996. pp. 35-83.

INGLEHART, R. The renaissance of political culture. **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, 1988. pp. 1203-1230.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010** – Dados preliminares. Brasília: 2011.

LATIN American Public Opinion Project. **Banco de dados**. 2010.

LATINOBARÓMETRO. **Banco de dados**. 2007.

LIMA, M. R. S. de; CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, 1996. pp. 83-110.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Revista Lua Nova**, n. 65, 2005. pp. 71-94.

_____. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

PERISSINOTTO, R. *et al.* (Orgs.). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. MONJARDIM, L. A. (Trad.). Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, E. A. Pós-materialismo e participação política no Brasil. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. pp. 375-387.

_____. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, n. 2, v. 2, jul.-dez. 2008a. pp.103-133.

_____. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil.** Maringá: EDUEM, 2011.

RIBEIRO, E. A.; BOLOGNESI, B. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 12, jan./jun. 2008. pp. 83-110.

TONELLA, C. Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública em cidades da Região Metropolitana de Maringá – PR. *In*: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 4, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: WAPOR, 2011. WORLD Values Survey. **2005-2006 World Values Survey.** Michigan: *World Values Survey*, 2006.

RESUMO

Autores como Moisés, Ribeiro e Gimenes identificaram em suas pesquisas com distintos públicos a existência de diferentes níveis de adesão à democracia, com um maior apoio em termos normativos, em detrimento de medidas de avaliação. Este artigo apresenta resultados de pesquisa que visa identificar as medidas normativa e específica de apoio à democracia entre os atores não-estatais através da aplicação de um questionário a uma amostra representativa de gestores de organizações sem fins lucrativos em posse de títulos emitidos pelo Governo Federal. O tratamento estatístico dos dados se deu pela utilização da análise descritiva, de modo que os resultados evidenciaram forte apoio abstrato e medidas moderadas de adesão ao regime.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura política; Democracia; Elites; Apoio difuso; Apoio específico

ABSTRACT

Authors such as Moisés, Ribeiro and Gimenes identified in their studies with different audiences the existence of different levels of adherence to democracy, with greater support in normative terms rather than evaluative measures. This article presents results of research aimed at identifying the normative and specific measures of support democracy among non-state actors through the application of the survey a representative sample of managers of nonprofit organizations in possession of qualifications awarded by the Federal Government. The statistical treatment of data was done using descriptive analysis, so that the results showed strong abstract support and moderate measures of adherence to the regime.

KEYWORDS: Political culture; Democracy; Elites; Diffuse support; Specific support.

Recebido para publicação em: 15/04/2012

Aceito em: 05/11/2012